

INFORME SOBRE A SITUAÇÃO DE TENSÃO NA ÁREA APINAJÉ

Autor: Maria Elisa Ladeira

Data: Dezembro 1984

157 Acervo
M
equino

CEDI - P. I. B.
DATA 29 05 86
COD. AG D00010

Ilmo. sr.
Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira
Presidente da "Associação Brasileira de Antropologia"

São Paulo, 27 de dezembro de 1984.

Prezado professor,

Em anexo segue um informe sobre a situação de tensão em que se encontra a área Apinayé e um breve histórico do processo de demarcação desta área. Os Apinayé, grupo indígena localizado no norte de Goiás, município de Tocantinópolis, estão dentro da área de influência do Projeto Ferro-Carajás sendo assim beneficiários de convênio celebrada entre a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD- e a Fundação Nacional do Índio- FUNAI.

Solicito que devido a gravidade da situação a ABA se pronuncie a respeito esclarecendo a opinião pública e intercedendo em favor dos Apinayé junto aos órgãos governamentais competentes.

Atenciosamente,

Maria Elisa Ladeira

Mestre em Antropologia pela USP
Assessora da CVRD para o caso Apinayé
Assessora do Centro de Trabalho Indigenista

- Em 1978 a FUNAI, na gestão do gal. Ismarth inicia a demarcação de uma área de 85.000 ha para os Apinayé, que é interrompida em 1979 pelos índios pois não satisfazia os interesses e necessidades dos Apinayé da aldeia de São José.
- Em 1980 a FUNAI procede a um outro levantamento para eleição de área propondo aos Apinayé um território de 101.000 ha. Esta proposta permanece engavetada até a assinatura do Convênio CVRD-FUNAI, em 1982, que determina que os grupos indígenas situados dentro da área de influência do Projeto Ferro-Carajás deveriam ter seus territórios demarcados. A FUNAI encaminha então esta nova proposta para apreciação do GETAT em abril de 1983.
- As "pressões políticas" contrárias a demarcação se intensificam. São feitos abaixo-assinados para o MINTER e para o MEAF pedindo ora a redução do território Apinayé para 25.000 ha ou a manutenção dos 85.000 ha.
- Em julho de 1983 a CVRD encaminha à FUNAI a proposta dos índios para a demarcação de seu território justificada por esta assessoria. Esta proposta define uma área de 150.000 ha aproximadamente, incluindo a região do Cocal - onde estavam situadas até 1950 as últimas aldeias dos Apinayé que haviam vivido em águas do rio Araguaia e até hoje lugar de perambulação.
- A FUNAI, na gestão do ^{SR} ~~gal.~~ Otávio, não considera esta proposta.
- O GETAT não se pronuncia a respeito sequer da proposta de 101.000 ha.
- Em dezembro de 1983 os Krahô, Xerente e Apinayé tomam a AJARINA - Ajudância Autônoma de Araguaína - . Entre outras reivindicações exigem a demarcação do território Apinayé. Os Krahô e Xerente se deslocam para a aldeia Apinayé de São José para darem início a demarcação "per conta própria".
- A FUNAI se compromete a demarcar a área Apinayé até março de 1984 e inicia em janeiro o levantamento fundiário da área de 101.000 ha, sem contar, entretanto, com a participação obrigatória dos representantes do GETAT. Este levantamento aponta a existência de 488 ocupantes não indígenas dentro desta área com uma indenização de R\$199.449.246 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e duzentos e quarenta e seis cruzeiros).

Destes 488 ocupantes, 312 estão localizados dentro do perímetro dos 85.000 ha já demarcado em 1979 com uma indenização estimada em R\$105.509.230 (cento e cinco milhões, quinhentos e nove mil e duzentos e trinta mil cruzeiros).

- A FUNAI não consegue aprovar esta área no "Grupo de Trabalho" (instituído pelo decreto 88118 para eleição de área indígena) devido a negativa do Getat, sensível às pressões dos políticos locais, em discutir a área Apinayé.
- Com o beneplácito da FUNAI o GETAT rapidamente inicia o cadastramento e a medição de lotes na área que os índios queriam ver incorporada a proposta de 101.000 ha, se acelera a ocupação do território Apinayé com a construção de um dia para o outro de casas nos núcleos da Transamazônica e com a proliferação vergonhosa das cercas de arame.
- Em abril de 1984, esgotado o prazo dado pela FUNAI, uma comitiva Apinayé se desloca até a sede da Companhia Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro, para solicitar da CVRD que exigisse junto à FUNAI e GETAT a demarcação de suas terras.
- Em maio de 1984, os Apinayé interrompem o tráfego da Transamazônica por 3 dias exigindo a demarcação de seu território. A FUNAI, já então na gestão do sr. Jurandir da Fonseca, envia uma antropóloga e um topógrafo que procedem ao reconhecimento da área pleiteada pelos índios, de 150.000ha (e já enviada pela CVRD à FUNAI em julho de 1983) legitimando a mesma.
- Em julho de 1984 a FUNAI inicia o levantamento na área de acréscimo de aproximadamente 47.000 ha. Este levantamento aponta a existência de mais 153 ocupantes e o total das indenizações somaria assim R\$652.256.864 (seiscentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros) sendo que R\$27.750.047 referir-se-iam a ocupantes caracterizados como de má fé, que ingressaram, após 1979, na área de 85.000 ha já homologada.
- Em julho de 1984 13 famílias Apinayé da aldeia de São José voltam a residir na região do Cocal.
- Em julho de 1984, 2 Apinayé, provocados, esfaqueam um regional com quem tinham antigas desavenças. O clima de tensão se acentua.
- Apesar das solicitações da FUNAI o GETAT continua se negando a participar

da discussão sobre a área Apinayé.

- . Os Apinayé voltam a Brasília e recebem da presidente da FUNAI, sr. Nelson Marabuto a promessa da demarcação urgente de seu território e o apoio para a abertura de roças na região do ribeirão Gameleira e do Cocal, áreas consideradas como de litígio.
- . Os Apinayé, fortalecidos, passam a ter uma presença mais efetiva e um maior controle de seu território: fazem incursões periódicas nos locais mais distantes, embargando os carregamentos da "folha" - jaboranã-(folha medicinal vendida pelos regionais aos laboratórios farmaceuticos) ou a madeira derrubada dentro da área.
- . Na área o clima é de espera. Os pequenos posseiros sem poder colocar roça, vender madeira ou a "folha", aguardam ansiosamente o pagamento das indenizações para se retirarem da área. O tempo passa e os políticos locais começam a se organizar.
- . Em novembro de 1984, os Apinayé, cansados de esperar por uma ação mais efetiva da FUNAI, decidem colocar placas em pontos limites de seu território, avisando de que é área indígena.
- . O sr. Bonifácio Gomes, vereador do PDS e ex agente da polícia federal, derruba algumas placas. Os índios tornam a colocá-las em seu lugar. O sr. Bonifácio volta a derrubá-las levando-as consigo, lesando algo que é patrimônio da União. Temeroso de alguma represália se esconde em Goiânia, na Transportadora de propriedade do deputado Alzire Gomes.
- . Os índios armam piquetes escondendo-se atrás das placas, prontos para atirar em quem viesse derrubá-las.
- . O chefe da AJARINA, o antropólogo Gilberto Azanha, marca uma reunião com o prefeito de Tocantinópolis, sr. José Saboia de Souza Lima, do PMDB, para avaliarem a situação e tentarem evitar o conflito armado que se anuncia. Entretanto, para esta reunião, o prefeito convoca todos os ocupantes não indígenas da área Apinayé que passaram a ser incitados pelos representantes do GETAT com dizeres do tipo "você vão perder tudo que vocês conseguiram até agora com o suor de seu trabalho para estes índios vagabundos, porque?". A reunião transcorreu em clima de tumulto e tensão, com a FUNAI impedida de tomar a palavra, na verdade, os funcionários da FUNAI presentes na reunião (chefe da AJARINA e chefe de posto) quase foram lin-

chados sendo literalmente ameaçados de morte pelos políticos locais.

- A FUNAI solicita a proteção da polícia Federal na área.
- Uma comitiva de prefeitos e políticos da região norte de Goiás, principalmente de Itacajá (município onde estão situados os Krahô) e de Araguatins e Tocantinópolis (onde estão os Apinayé) se dirigem ao Presidente da FUNAI pedindo a intervenção da sede na AJARINA, acusando seus funcionários de estarem tumultuando a ordem pública e incitando os índios " tão amigos" contra a população local.
- No dia 25 de novembro de 1984, assim que a polícia federal se retira de Tocantinópolis, 25 homens armados, bêbados, entre eles o ex- prefeito de Araguatins, sr. João de Deus, e o sr. Bonifácio Gomes, invadem a pequena aldeia do Cocal,ameaçando as poucas famílias que lá estavam , em sua maioria mulheres e crianças, retirando-as a força e jogando-as na Rodovia Transamazônica, deixando as mulheres completamente nuas.
- No dia 28 de novembro 5 homens cercam o chefe de posto na cidade de Tocantinópolis e numa cena de violência fazem-no engulir em pedacinhos um artigo publicado em um jornal de Goiânia sobre a situação Apinayé.
- Começam os telefonemas anônimos de ameaça de morte na casa do chefe de posto em Tocantinópolis. Sua esposa, a médica Patrícia Viana abandona a casa e com sua filha, por questão de segurança passa a morar na aldeia.
- Durante o desenrolar destes últimos episódios os assessores e a equipe de coordenação da CVRD se reúnem com a FUNAI em Brasília. ACVRD se propõe a liberar uma verba de U\$ 400.000 (quatrocentos mil dólares) para o pagamento das indenizações e a representante do Banco Mundial,sra. Marita Koch Weser, presente na reunião, acena com a possibilidade do Banco Mundial comprar terras para o reassentamento dos posseiros que ocupam a área Apinayé.
- No dia 4 de dezembro o Presidente da FUNAI, o Diretor do Departamento do Patrimônio Indígena da FUNAI e o chefe de gabinete, o índio Marcos Terena, tem audiência com o governador Iris Resende, de Goiás, solicitando do Governo de Goiás o empenho para se solucionar o impasse criado, pela negativa do GETAT em aprovar a área Apinayé, na demarcação deste território cujos constantes adiamentos só tem contribuído para se acirrar o clima de tensão. O governador de Goiás prometeu o apoio da Polícia Militar, mas quanto ao destino dos ocupantes não indígenas da área Apinayé foi vago,

dizendo que aquela era uma área de jurisdição do GETAT, mas quem sabe o IDAGO, Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, poderia ter alguma sugestão.

- O chefe da AJARINA e o Diretor do Departamento do Patrimônio Indígena procuram o IDAGO que, entretanto, não demonstra muito interesse alegando que é área do GETAT.
- A Polícia Federal, ao invés de amedrontar ou prender os que atacaram a aldeia do Cocal ou ameaçaram de morte os funcionários da FUNAI, faz é avisar o chefe da Ajudância, que se encontrava na sede em Brasília, que não deveria retornar a Tocantinópolis ou mesmo a área Apinayé porque estava correndo sério risco de vida.
- Os Apinayé solicitam o apoio dos Krahô e xerente para iniciarem, por "conta própria" a demarcação. No momento eles já iniciaram a picada com o auxílio de um topógrafo enviado de Brasília pelo Departamento de Patrimônio Indígena. Os trabalhos estão em um ritmo lento porque os Apinayé aguardam reforços vindos de outras áreas indígenas.
- Agora, no dia 22 de dezembro, o chefe de posto e o chefe da aldeia, o índio Apinayé Francisco Suterro, foram até Tocantinópolis para efetuarem alguns pagamentos e pediram a proteção da Polícia para circularem na cidade. Mas como esta proteção só poderia ser dada com a autorização do delegado que se encontrava na Prefeitura, eles se dirigiram para lá. Ao descerem da viatura da aldeia, foram cercados pelos capangas do Bonifácio Gomes, que os espancaram, ficando o chefe da aldeia bastante machucado.
- Os Apinayé esperam desde 1926, quando o chefe Apinayé José Bias Mátuc, se dirige, a pé, até a capital da República para pedir a demarcação de suas terras, que o "Governo" tome alguma providência. Perceberam agora, na iminência de perder todo seu território, que a estratégia de "índios Mansos" de pouco lhes valeu na defesa de suas terras. Agora se armam de coragem para enfrentar o homem branco, mas se muito provocados, não hesitarão em partir para o ataque.
- A alegação do GETAT que não pode concordar com a demarcação do território Apinayé devido ao "problema social" que causará, fica sem respaldo depois que a FUNAI e a CVRD concordaram, apesar das indenizações serem juridicamente improcedentes, na liberação de uma verba para o pagamento destas indenizações e o Banco Mundial se dispôs a comprar terras para o GETAT poder reassentar os invasores da área Apinayé. O GETAT deverá ser responsabilizado pelas mortes que vierem a ocorrer por esta sua omissão.